

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

DE

1 DE DEZEMBRO DE 2014

ANO DE 2014

ÍNDICE

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA	7
ORDEM DO DIA	19
PONTO 1 – INFORMAÇÃO SOBRE A ATIVIDADE FINANCEIRA E SOBRE A ATIVIDADE CAMARÁRIA.....	19
PONTO 2 – REFERENDO LOCAL – PROJETO DE DELIBERAÇÃO PROPOSTO PELO BLOCO DE ESQUERDA.....	23
PONTO 03 - DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2015 – CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS.....	27
PONTO 4 – DERRAMA 2015	38
PONTO 05 – PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DO IRS PARA 2016.....	39
PONTO 6 – SMAS – INFORMAÇÃO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA CONCEDIDA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL	42
PONTO 7 – PROPOSTA DE EMISSÃO PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO – LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO	42
PONTO 8 – PROPOSTA DE PERCENTAGEM DE TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM.....	43
PONTO 9 – PROPOSTA DE ISENÇÃO DE IMI E IMT DO PROJETO DE INTERESSE REGIONAL – “PEDRAS DO MAR – HOTEL RESORT AND SPA” – AÇORSONHO – HOTÉIS, LDA.....	43
PONTO 10 - PROJETOS VENCEDORES DA VOTAÇÃO FINAL DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO – CICLO DE DEFINIÇÃO ORÇAMENTAL DE 2014	46
PARTICIPAÇÃO DO PÚBLICO.....	48
ANEXOS.....	51

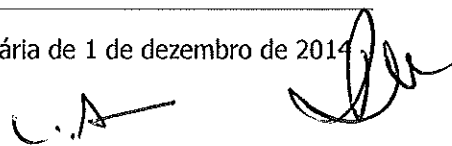
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 1 DE DEZEMBRO DE 2014

Ao primeiro dia do mês de dezembro do ano de dois mil e catorze, reuniu, em sessão ordinária, nos termos do previsto no n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do n.º 1 do artigo 30.º e do n.º 1 do art.º 32.º do respetivo regimento, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Ponta Delgada, a Assembleia Municipal de Ponta Delgada, sob a presidência de Francisco Rego Costa, tendo Alexandra Vitória Falcão Viveiros como primeira secretária, e Aníbal Raposo como segundo secretário, para cumprimento da ordem de trabalhos constante da convocatória de 13 de novembro de 2014.

De acordo com o estabelecido nos números 1 e 3 do artigo 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, encontravam-se presentes o Senhor Presidente da Câmara, José Manuel Cabral Dias Bolheiro, o Senhor Vice-Presidente da Câmara, Fernando Manuel Quaresma Coelho Marques Fernandes, e as Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores Fátima Maria Câmara Carvalho de Viveiros Rego Ponte; Luísa Vieira de Magalhães Sousa Moniz; Pedro Filipe Rodrigues Furtado; Francisco Mota Vieira Rodrigues da Câmara; Maria da Graça Câmara Batista; Maria Helena Botelho de Viveiros Batista e Nuno Miguel de Andrade Miranda.

O Senhor Presidente da Mesa endereçou cumprimentos a todos os presentes e declarou aberta a sessão pelas catorze horas e quarenta e cinco minutos. Em seguida, a 1ª secretária efetuou a chamada e procedeu à respetiva contagem das presenças, sendo de relevar as seguintes faltas e substituições:

Faltas (injustificadas): Eusébio Paulo Ferreira Massa (Presidente da Junta De Freguesia de Arrifes); Bruno Alexandre Machado Correia (Presidente da Junta de Freguesia de Ajuda da Bretanha); André Filipe Machado Correia (Presidente da Junta de Freguesia dos Remédios).



Substituições: João Manuel Raposo Barbosa substituiu António José Pissarra Canotilho (vogal PSD); Maria Helena Chaves Costa substituiu Francisco José Guedes (vogal PSD); Lisa Garcia substituiu Maria da Conceição Morais Monteiro (vogal PS); Maria Luisa Bairos substituiu Analisa Maria Furtado Lima (vogal PS); Ana Leonor Coutinho substituiu Dora Cristina Noronha Rodrigues (vogal PS); Marta Margarida de Medeiros Gouveia substituiu Pedro Miguel Medeiros Moura (Presidente da Junta de Freguesia de São Roque).

A 1ª secretária da Mesa da Assembleia confirmou a presença dos seguintes vogais e presidentes das juntas de freguesia:

VOGAIS:

Noé Venceslau Pereira Rodrigues	PS
Luís Maurício Mendonça Santos	PSD
Aníbal Duarte Raposo	PS
Maria da Conceição Arruda	PSD
João Manuel Raposo Barbosa	PSD
Teresa Dolores Mota Ferreira	PS
Alexandra Vitória Falcão Viveiros	PSD
Ricardo Manuel Viveiros Cabral	PS
Ricardo Alberto Pereira Madruga da Costa	PSD
Maria das Mercês Vasconcelos Silva Pacheco	PS
Jorge Manuel de Almada Macedo	PSD
Maria da Conceição Vieira da Purificação Brasil	PS
Carolina Ponte Bastos	PSD
André Filipe Matos de Carvalho	PS
Maria Helena Chaves Costa	PSD
Lisa ventura Garcia	PS
Gilberto Araújo Rodrigues	PSD
Maria Luísa Bairos	PS

Maria José Botelho Lemos Duarte	PSD
Carlos Filipe Brum Amaral Melo	PS
Vera Lúcia Pinheiro Pires	BE
Sérgio Paulo Ávila Campos Marques	PSD
Maria Teresa de Viveiros Tomé	PS
Paulo Vasco Ferreira de Medeiros	PSD
Hélder Manuel Cabral Borges	PS
Ana Leonor Coutinho	PS

PRESIDENTES DAS JUNTAS DE FREGUESIA:

João Alberto Silva Pereira	Candelária	PS
Rui Alexandre Barbosa de Sousa	Capelas	PS
Humberto Carlos Cabral de Sousa	Covoada	PSD
António Luís Moniz dos Anjos	Fajã de Baixo	PS
José Augusto Inácio de Medeiros	Fajã de Cima	PSD
João José Correia de Medeiros	Fenais da Luz	PSD
João Carlos Castro Silva	Feteiras	PSD
João Paulo Arruda Medeiros	Ginetes	PSD
Luís Alberto de Sousa Cordeiro	Livramento	PSD
Carlos Manuel da Silva Cabral	Mosteiros	PSD
Duarte Manuel Luzia Carvalho	Pilar da Bretanha	PS
Pedro Miguel da Silva Melo	Relva	PSD
João Carlos Arruda	Santa Bárbara	PS
António Espírito Santo Medeiros Cabral	Santa Clara	MSCVN
Nelson Manuel Borges Silva	Santo António	PS
Jorge Miguel Amaral Oliveira	São José	PSD
Rui Guilherme Pacheco	São Pedro	PSD
Maria Margarida de Medeiros Gouveia *	São Roque	PS
José Maria Pereira Rego	São Sebastião	PSD

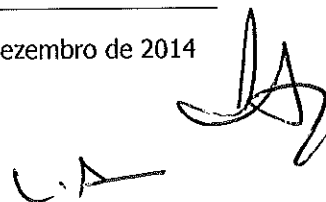
Rosa Maria da Silva Gomes
Cidália Maria Guido Medeiros Pavão

S. Vicente Ferreira PSD
Sete Cidades PS

* Em substituição de Pedro Miguel Medeiros de Moura.

Após a leitura e confirmação do registo de presenças, e depois de ter dado conhecimento aos presentes da correspondência recebida, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia colocou a ata da reunião ordinária de 30 de setembro à votação. Após a votação, a ata da reunião de 30 de junho foi aprovada, por maioria, com três abstenções individuais. Votaram a favor os restantes membros da Assembleia. Apresentou declaração de voto o Senhor Deputado Luís Maurício para justificar a sua abstenção pelo facto de não ter estado presente na última reunião.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou em seguida aberto o período para a abordagem dos assuntos de antes da ordem do dia.

Handwritten signatures in black ink, including one that appears to be 'L.P.' and another more stylized signature.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra às Senhoras e aos Senhores Deputados para a apresentação dos votos e recomendações elaborados pelos respetivos grupos municipais, os quais se encontram em anexo à presente ata, bem como para outras intervenções que considerassem relevantes e cujas matérias não estivessem incluídas na agenda de trabalhos.

Intervieram no período de Antes da Ordem do Dia, para além dos deputados incumbidos de fazer a leitura dos votos e/ou recomendações, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Deputado Luís Maurício (PSD), o Senhor Deputado André Carvalho (PS), o Senhor Deputado Borges (PS), a Senhora Deputada Vera Pires (BE), a Senhora Deputada Teresa Tomé (PS), a Senhora Deputada Lisa Garcia (PS) e o Senhor Deputado Ricardo Cabral (PS).

O 1º voto, apresentado pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e subscrito pelos Grupos Municipais do PSD, PS e BE, foi um voto de pesar pelo falecimento de Alberto Romão Madruga da Costa. Após ter sido colocado à votação, este voto, que figurará como anexo à presente Ata, foi aprovado por unanimidade.

O 2º voto, apresentado pelo Grupo Municipal do PSD, através do Senhor Deputado Jorge Macedo, foi um voto de pesar pelo falecimento de Anthímio de Azevedo. Após ter sido colocado à votação, este voto, que figurará como anexo à presente Ata, foi aprovado por unanimidade.

O 3º voto, apresentado pelo Grupo Municipal do PS, através da Senhora Deputada Maria Teresa Viveiros Tomé, foi igualmente um voto de pesar pelo falecimento de Anthímio de Azevedo. Após ter sido colocado à votação, este voto, que figurará como anexo à presente Ata, foi aprovado por unanimidade.

O 4º voto, apresentado pelo Grupo Municipal do PS, através da Senhora Deputada Maria da Mercês Pacheco, foi um voto de pesar pelo falecimento de João Jacinto Pacheco Vieira. Após ter sido colocado à votação, este voto, que figurará como anexo à presente Ata, foi aprovado por unanimidade.

O 5º voto, apresentado pelo Grupo Municipal do PS, através do Senhor Deputado Ricardo Cabral, foi um voto de pesar pelo falecimento de Gilberto Sousa. Após ter sido colocado à votação, este voto, que figurará como anexo à presente Ata, foi aprovado por unanimidade.

O 6º voto, apresentado pelo Grupo Municipal do PS, através da Senhora Deputada Maria Luisa Bairos, foi um voto de louvor ao atleta André Jácome Correia, pela obtenção do título de Campeão Nacional de Surf. Após ter sido colocado à votação, este voto, que figurará como anexo à presente Ata, foi aprovado por unanimidade.

O 7º voto, apresentado pelo Grupo Municipal do PS, através da Senhora Deputada Teresa Mota Ferreira, foi um voto de saudação pelo 50.º aniversário da Loja Riviera.

O Grupo Municipal do PSD, através do Senhor Deputado Luís Maurício, associou-se a este voto de saudação.

Após ter sido colocado à votação, este voto, que figurará como anexo à presente Ata, foi aprovado por unanimidade.

O 8º voto, apresentado pelo Grupo Municipal do PSD, através do Senhor Deputado Rui Guilherme Pacheco, foi um voto de saudação pela comemoração dos 150 anos da 1ª exportação de ananás dos Açores para o mercado londrino, que se ficou a dever ao empresário José Bensaúde.

O Grupo Municipal do PS, através do Senhor Deputado Carlos Brum Melo, associou-se a este voto de saudação.

Após ter sido colocado à votação, este voto, que figurará como anexo à presente Ata, foi aprovado por unanimidade

O 9º voto, apresentado pelo Grupo Municipal do PSD, através do Senhor Deputado Sérgio Ávila, foi um voto de saudação pela comemoração dos 20 anos da 1ª atuação dos Tunídeos – Tuna Masculina da Universidade dos Açores Após ter sido colocado à votação, este voto, que figurará como anexo à presente Ata, foi aprovado por unanimidade

O 10º voto, apresentado pelo Grupo Municipal do PS, através do Senhor Deputado André Carvalho, foi igualmente de saudação pela comemoração dos 20 anos da 1ª atuação dos Tunídeos – Tuna Masculina da Universidade dos Açores Após ter sido colocado à votação, este voto, que figurará como anexo à presente Ata, foi aprovado por unanimidade.

O 11º voto, apresentado pelo Grupo Municipal do PS, através da Senhora Deputada Maria das Mercês Pacheco, foi um voto de congratulação pelo 374.º aniversário do 1º de dezembro, data de restauração da independência, com uma nota de pesar pela atenuação histórica Após ter sido colocado à votação, este voto, que figurará como anexo à presente Ata, foi aprovado por unanimidade.

O 12º voto, apresentado pelo Presidente de Junta de Freguesia de Santa Clara, foi um voto de protesto pelo facto da Junta de Freguesia de Santa Clara não ter sido informada da realização de um simulacro de catástrofe.

O Grupo Municipal do PS, através do Senhor Deputado André Carvalho, expressou o seu apoio a este voto de protesto porque, apesar de não estar previsto na legislação

a participação das juntas, é de admitir que em futuros exercícios as juntas sejam convocadas.

O Grupo Municipal do PSD, através do Senhor Deputado Luís Maurício, associa-se a este voto, entendendo-o como um alerta e um pedido para que em situações futuras esta e outras juntas de freguesia sejam chamadas a participar, apesar de tal não ser determinado por lei.

Após ter sido colocado à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade, figurando o respetivo texto como anexo à presente Ata.

Pediram para fazer uso da palavra no tempo restante do Período de Antes da Ordem do Dia o Senhor Deputado Jorge Macedo, o Senhor Deputado Hélder Borges, a Senhora Deputada Vera Pires, a Senhora Deputada Teresa Tomé, a Senhora Deputada Lisa Garcia, o Senhor Deputado Carlos Brum Melo e o Senhor Deputado Ricardo Cabral.

Começou por intervir o Senhor Deputado Jorge Macedo, para deixar uma nota positiva sobre a resposta favorável dada pelo executivo camarário à proposta apresentada pelo representante dos comerciantes de comércio local na última reunião da Assembleia Municipal. A recomendação de que as Festas de Verão tivessem continuidade para lá dos meses de verão a fim de se promover a atividade comercial local, sendo correspondida pela Câmara Municipal, levou a que se registassem melhorias, quer quanto à qualidade, quer quanto à natureza das atividades, quer quanto à diversificação dessas mesmas atividades. Destacou, como exemplo destas melhorias, o programa de 33 dias de animação musical e performativa em espaços fechados ou no exterior, o Mercadinho de Natal no Campo de São Francisco, o Mercado Urbano de Artesanato e o Projeto "Natal na Rua... Consola!", lembrando que este programa quase poderia receber a designação de "festas de inverno".

Em seguida, o Senhor Deputado Hélder Borges fez referência à notícia publicada no jornal I, relativa ao Índice de Transparência Municipal (ITM), no qual não se encontra incluído o contributo da Câmara Municipal de Ponta Delgada, ao invés do que tem vindo a ser evocado, como foi feito, por exemplo, no decorrer da reunião de Câmara que aprovou o Orçamento para 2015. Constatou, relativamente ao ITM, uma quebra do Município de Ponta Delgada da 37ª posição para a 90ª posição, o que levou a que o Presidente da Câmara não tenha sido um dos cinco entrevistados referidos nessa notícia.

Na intervenção seguinte, a Senhora Deputada Vera Pires formulou quatro pedidos de ponto de situação, sobre recomendações de iniciativa do BE anteriormente aprovadas pela Assembleia. O primeiro pedido, relativamente ao jazigo de Alice Moderno, para saber se já foram realizadas as obras, ou caso contrário, para quando se prevê a tomada de posse do jazigo por parte da autarquia bem como a respetiva recuperação e a colocação da placa evocativa. O segundo pedido de informações, relativo à recolha de resíduos porta a porta, bem como às campanhas de sensibilização para a recolha seletiva, procurando saber quais as áreas já abrangidas e o que falta para se cumprir a recomendação. O terceiro pedido, relativo à distribuição de sacos reutilizáveis no Mercado da Graça associada a ações de sensibilização tal como fora proposto pelo Bloco de Esquerda em setembro de 2010 e em fevereiro de 2014. O quarto pedido de ponto de situação, relativamente ao espaço infantil no Campo de São Francisco, procurando saber se a verba prevista no orçamento para arranjos dos espaços exteriores contempla as obras necessárias à instalação do Parque Infantil.

Seguiu-se a intervenção da Senhora Deputada Teresa Tomé, para se referir ao Alto da Mãe de Deus, relevando a antiguidade do edificado, lembrando a existência de referências àquele local já nas obras de Gaspar Frutuoso, e remetendo para outras referências históricas, sociais, religiosas e militares. Citou, a título de exemplo, os moinhos e as ermidas, bem como a importância do Alto da Mãe de Deus para a defesa ou como espaço de lazer, e sublinhou o interesse que representa para o

estudo patrimonial. Questionou em seguida o executivo Camarário sobre qual a visão da Câmara para aquela zona, que se encontra quase em perfeito abandono. Chamou a atenção para os problemas de iluminação, apesar de se poder considerar que se trata de problemas temporários, para a falta de segurança, agravada pela inexistência de portão central e pela inexistência de fechadura nos outros portões, e também para o mau estado dos pavimentos e para a situação do jardim, que não está devidamente cuidado. Alertou igualmente para o facto das estruturas militares estarem soterradas. Concluiu com a nota de que em 2015 vão passar 200 anos desde a abertura daquele espaço como passeio público.

O Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às notas e pedidos de esclarecimento precedentes.

O Senhor Presidente da Câmara começou por cumprimentar todos os membros da assembleia presentes, com uma referência específica à conferência de líderes proposta pelo Senhor Presidente da Mesa, realizada previamente, e que permitiu uma maior organização do funcionamento da Assembleia no mês de dezembro. Referiu-se também à evocação do 1º dezembro, que saúda e releva, sublinhando a legitimidade democrática que lhe está associada. Lembrou que a presente reunião é sobretudo direccionada para a discussão e votação dos documentos previsionais, ficando agendada uma segunda sessão para a data de 19 de dezembro. Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Jorge Macedo, sinalizou a importância dos empresários do comércio tradicional, valorizando uma gestão aberta, participada, transparente e dialogada, sendo este o principal motivo para a facilidade com que foi possível acomodar as reivindicações apresentadas na reunião da Assembleia Municipal anterior, no contexto do elogio às Noites de Verão. Daí que se tenha procurado uma forma de dinamização que pudesse dar o estímulo pretendido à atividade comercial local. Aproveitou para afirmar que poderá estar a ser dado aqui um sinal para melhorar o ambiente da noite de Ponta Delgada durante o ano inteiro. O projeto "Ponta Delgada Noites", como é possível designar, terá, no entanto, que ser concertado com outras entidades, como a Câmara de Comércio e Indústria, a

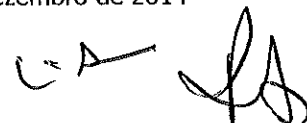
Associação Cultural CRACA, o Governo Regional, e os próprios comerciantes, admitindo a possibilidade de candidatura a financiamento comunitário no âmbito do próximo Quadro Comunitário de Apoio. Enfatizou ainda a antecipação das festividades natalícias, designadamente através da iluminação pública e do programa de atividades culturais e recreativas, lembrando também a medida, já implementada, de uma rede de Wi-fi gratuita no centro histórico de Ponta Delgada. Em resposta ao Senhor Deputado Hélder Borges, frisou que sob o ponto de vista da transparência, abertura de gestão, e ainda face à modernização e requalificação do Portal da Internet, estamos melhor do que estávamos em 2013, para além da existência de monitorização contínua, por parte da tutela administrativa e judiciária. Admitiu a evidência do facto estatístico apontado, mas esclareceu que a explicação para a queda tão pronunciada no Índice de Transparência Municipal se deve à ausência de resposta tempestiva ao inquérito levado a cabo para a elaboração do documento, por circunstâncias inerentes aos serviços municipais, mas tal situação não tem contraponto nos factos. Suprida essa falha, há a certeza de que o município de Ponta Delgada ficará novamente muito bem posicionado. No que se refere à informação prestada sobre o assunto em reunião de câmara, precisou o contexto em que ela foi introduzida, esclarecendo que a mesma foi acompanhada desta mesma explicação. Para responder aos quatro pedidos de esclarecimento apresentados pela Senhora Deputada Vera Pires, informou, primeiro, que as obras no jazigo de Alice Moderno foram realizadas, e já foi feito o pedido para a colocação da lápide, havendo o acordo da família. Em relação à recolha seletiva de resíduos, comunicou que será prestada informação detalhada do plano por escrito, onde constam as zonas seleccionadas. No que respeita às campanhas de sensibilização, informou que as mesmas estão a ser conduzidas em parceria com a AMISM e com a MUSAMI. Adiantou ainda que estão a ser seleccionadas zonas-piloto para a implementação do projeto, de acordo com os critérios relativos ao número de habitantes. Sobre a distribuição de sacos reutilizáveis no Mercado da Graça, lembrou que tem havido ações nesse sentido em cooperação com a Casa de Saúde de São Miguel, as quais terão continuidade este ano com a colaboração da MUSAMI, indo ao encontro do

projeto de manter a boa prática nesta matéria. Relativamente ao espaço infantil no Campo de São Francisco, e recordando o que havia sido informado, confirmou que havia outros planos para aquela zona após a conclusão das obras, como por exemplo a reabilitação das instalações sanitárias, a dignificação da memória de Antero de Quental e o reposicionamento da estátua da Madre Teresa da Anunciada. Acrescentou que fazendo a conjugação do orçamento disponível com o consenso das várias entidades envolvidas, há condições para se fazer a remodelação do espaço. Sobre o parque infantil, em concreto, informou que há o propósito de manter naquele espaço uma área de animação dedicada às crianças embora com caráter pontual, não se perspetivando portanto uma estrutura fixa. Como resposta à intervenção da Senhora Deputada Teresa Tomé, saúda a reflexão, que reflete a importância de termos sempre presentes os elementos da nossa identidade histórica. Adiantou que se prevê, por via de um eventual financiamento no próximo Quadro Comunitário de Apoio direcionado para os roteiros culturais, assegurar obras de requalificação das nossas existências, sublinhando que o Alto da Mãe de Deus é elegível nesta perspetiva. Referiu-se ao projeto de apresentação do Quadro de Domingos Rebelo, com a criação de um roteiro, para informar que está em curso a necessária negociação com a família, e destacou, sobre este exemplo particular, a importância do quadro de Domingos Rebelo sobre a cidade de Ponta Delgada. Em relação ao problema da iluminação, informou que o mesmo se deve ao roubo de um contador que não foi ainda possível à EDA substituir. Deu ainda nota dos frequentes atos de vandalismo, visíveis, por exemplo, na destruição de um banco que ali existia. Assegurou que a câmara tomará nota das referências dadas, no seguimento de medidas já desencadeadas no mesmo sentido, como a recuperação da Casa dos Romeiros, a requalificação da calçada, realizada há 2 anos, e o arruamento de acesso. Concluiu com a comunicação de que em colaboração com o Prof. Doutor Sérgio Resendes, que tem a seu cargo a elaboração de uma resenha histórica, está a ser preparada para aquela zona uma placa identificativa.

Prestados os esclarecimentos pelo Senhor Presidente da Câmara ao primeiro grupo de membros da Assembleia que tinham pedido para intervir, o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra aos restantes intervenientes inscritos.

Começou por fazer uso da palavra a Senhora Deputada Lisa Garcia, para apresentar a crítica de que, ao nível dos investimentos, não existe um plano de dinamização cultural estruturado, havendo apenas uma aposta em ações pontuais que não permitem aos agentes maximizar os seus aspetos positivos. Questionou ainda o executivo camarário sobre se está a ser feita uma auscultação das necessidades e quais as prioridades definidas. No caso citado das noites Ponta Delgada, por exemplo, perguntou como é que se chegou a este figurino. Referiu-se também ao Turismo de Cruzeiros, para perguntar se está a ser alavancada esta oportunidade através da dinamização do centro histórico. Abordou igualmente o assunto da liberalização do serviço de transporte aéreo, alertando para a necessidade de planificação a fim de se evitar o desperdício de recursos. Perguntou ainda como são decididas as ações de âmbito cultural para 2015 e em que plano se perspetiva a realização dessas ações.

Interveio em seguida o Senhor Deputado Carlos Brum Melo, começando por expressar a sua preocupação por ver uma governação do PSD, ao longo de anos no Município, em que nada é estruturado e em que não há planos de dinamização cultural mas apenas respostas pontuais. Citou o exemplo do programa de Ano Novo de 2015, que foi apresentando com um mês de antecedência, quando o que já se devia estar a apresentar era o programa de 2016. Manifestou a sua congratulação pela realização da conferência de líderes, e igualmente pelo fornecimento da informação sobre a Atividade Camarária, conforme fora pedido pelo Grupo Municipal do PS. Referindo-se também à zona do Alto da Mãe de Deus, lembrou que o PS fez propostas de intervenção, as quais, ao que parece, não foram aceites. Chamou a atenção para um artigo de imprensa em que se apresenta um estudo para o desenvolvimento estratégico de Ponta Delgada para 2014 e 2016, criticando o facto da Câmara de Ponta Delgada estar a delegar em terceiros toda a visão de



desenvolvimento, bem como o recurso a chavões no discurso sobre os quais não se conhece o desfecho nem o tempo de execução. Concluiu com a interrogação sobre quais as linhas orientadoras dadas às áreas aqui identificadas.

A terminar este conjunto de intervenções, o Senhor Deputado Ricardo Cabral voltou a questionar o executivo camarário sobre o ponto de situação da estátua de João Paulo II, tal como fizera em 2013, por não se verificar nenhum avanço quanto à sua colocação, desde a última chamada da atenção, e pediu informações sobre o assunto também já anteriormente abordado sobre o Campo de Jogos Jácome Correia, que ficou impraticável há pouco tempo, sabendo-se apenas que foi manifestada preocupação sobre esta questão. Congratulou-se ainda pela melhoria registada no sítio da Internet da Câmara, aproveitando para sugerir que se dê maior visibilidade à agenda. Registou igualmente a evolução positiva do serviço relacionado com o funcionamento das sessões da Assembleia Municipal.

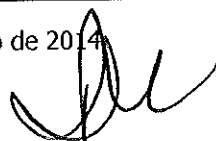
O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia devolveu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.

Sobre as críticas da Senhora Deputada Lisa Garcia, o Senhor Presidente da Câmara afirmou que subscreve toda a reflexão apresentada, reenviando-a igualmente para a Administração Regional, enquanto parte interessada. Frisou que a visibilidade dos Açores e de Ponta Delgada carece de grandes eventos promocionais, como é o caso da Passagem de Ano, justificando-se a cooperação com o Governo Regional nesta matéria. Lembrou que Ponta Delgada pode ser um destino turístico de eleição para uma certa sazonalidade, e salientou que se está a fazer um esforço para que o evento da Passagem de Ano seja um evento dos Açores e não apenas do Município, apesar de não ter havido resposta por parte do Governo Regional a este repto. Quanto à necessidade de fazer um planeamento a médio prazo da dinamização cultural, também subscreve, remetendo novamente para um esforço cooperante entre as administrações regional e autárquica, eventualmente com recurso a fundos provenientes de financiamento comunitário, no âmbito do próximo Quadro

Comunitário de Apoio. Manifestou a receptividade da Câmara para uma intervenção estruturada de forma cooperante, e citou o exemplo do Museu Carlos Machado, que foi votado ao abandono sem que a situação tenha sido igualmente merecedora de protestos, face à disponibilidade da Câmara para haver um Museu em Ponta Delgada. No caso concreto da Passagem de Ano, justificou os atrasos verificados com a ausência de resposta por parte do Governo Regional. Registou as referências à atividade cultural, transpondo-as para o programa em que os agentes culturais vêm dar expressão à valorização da "prata da casa", e definiu como prioridade a considerar o arranque de um plano estratégico mediante a criação de um calendário de eventos-âncora. Respondendo ao Senhor Deputado Carlos Brum Melo, defendeu que o Plano Plurianual de Investimentos tem características próprias, e relativizou as possíveis divergências à luz do conceito de maioria/minoria. Assumiu, no entanto, que todas as aporções sobre este assunto são sempre bem-vindas. Enfatizou a importância de uma definição de estratégias para a otimização de fundos comunitários em parceria com a Sociedade Portuguesa de Inovação, desvalorizando as críticas a esse trabalho de parceria por se tratar de um plano feito com base no programa eleitoral, e perspectivado de modo a poder vir a enquadrar-se no próximo Quadro Comunitário de Apoio. Aproveitou ainda para relevar o elogio de que a tecnologia tem que ser otimizada. Finalmente, em resposta ao Senhor Deputado Ricardo Cabral, lembrou que a estátua de João Paulo II já se encontra em Ponta Delgada, mas havendo condicionamentos em termos de meios, e dado o custo excessivo do pedestal inicialmente previsto, não se definiu como prioritária a sua colocação, até pela dignidade que a situação exige. Esclareceu novamente que há várias propostas para a sua localização, incluindo a possibilidade de vir a ser colocada no Campo de São Francisco, no local onde João Paulo celebrou uma missa aquando da sua deslocação a São Miguel. Todas estas possibilidades estão a ser avaliadas, prevendo-se, oportunamente, a realização de uma auscultação pública sobre este processo. Relativamente ao Campo de Jogos Jácome Correia, adiantou que estão a ser feitos todos os esforços no sentido de responder às necessidades de

melhoria daquela infraestrutura, constituindo uma prioridade máxima, apesar de significar um esforço técnico e um esforço financeiro consideráveis.

O Senhor Presidente da Mesa declarou concluído o período de Antes da Ordem do Dia pelas dezasseis horas e quarenta minutos e determinou que fosse feito um intervalo de 15 minutos, depois de obter o consenso da Assembleia nesse sentido.

LA 

ORDEM DO DIA


Intervieram no debate do período da Ordem do Dia, para além do Senhor Presidente da Câmara, José Manuel Cabral Dias Bolieiro, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Francisco Rego da Costa, o Senhor Deputado Luís Maurício (PSD), o Senhor Deputado Carlos Brum Melo (PS), o Senhor Deputado Ricardo Cabral (PS), o Senhor Deputado Ricardo Madruga (PSD), o Senhor Deputado Sérgio Ávila (PSD), o Senhor Deputado Hélder Borges (PS), a Senhora Deputada Maria da Conceição Brasil (PS), a Senhora Deputada Vera Pires (BE), o Senhor Deputado Noé Rodrigues (PS), o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Candelária e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Santa Clara.

Antes do recomeço dos trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa informou que havia duas inscrições para participação de munícipes, aos quais, em conformidade com o regimento, seria dada a palavra no final da sessão. Em seguida deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para a apresentação do primeiro ponto da Ordem do Dia – a informação sobre a atividade financeira e sobre a atividade camarária.

PONTO 1 – INFORMAÇÃO SOBRE A ATIVIDADE FINANCEIRA E SOBRE A ATIVIDADE CAMARÁRIA

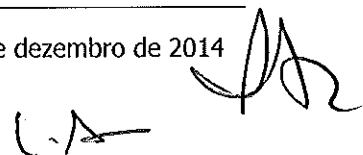
O Senhor Presidente da Câmara dirigiu-se à Assembleia prometendo brevidade no discurso dada a suficiência da informação previamente distribuída e a forma como se encontra estruturada, dispondo-se, no entanto, a apresentar um resumo da situação financeira, conforme determina a Lei.

Começou por apresentar os indicadores da receita e da despesa apurados em 21 de novembro. Em seguida, fez uma síntese da atividade camarária, elencando as

Handwritten signatures in black ink, appearing to be initials and a full name, located at the bottom right of the page.

seguintes ações e medidas que considerou relevantes para o período que decorreu desde a anterior sessão da Assembleia Municipal:

- As Obras em vias municipais em três freguesias, no valor de 472.500 euros: Rua Nossa Senhora do Pilar, na Fajã de Cima, e um troço na Rua de São Gonçalo, na Fajã de Baixo e em São Pedro;
- A identificação dos equídeos;
- O Gabinete de Apoio à Vítima de Ponta Delgada;
- As Comemorações do Dia Nacional da paralisia cerebral;
- A cooperação com os comerciantes de Ponta Delgada;
- O apoio aos gastrónomos dos Açores com um evento de promoção turística, através da cedência de um espaço no Mercado da Graça, para realização de um programa televisivo;
- A entrega de um novo fardamento da Polícia Municipal;
- O protocolo de cooperação social com a Cruz Vermelha Portuguesa;
- A disponibilização de 2.000 livros para a rede de bibliotecas escolares em cooperação com as escolas do 1º ciclo;
- A inauguração da sede da Banda Filarmónica da Fajã de Cima;
- O Grupo PDL Saúde, nas escolas do concelho, direcionado para a sensibilização para estilos de vida saudáveis, alimentação, gravidez na adolescência, etc.
- O simulacro "Milhafre" – iniciativa que envolveu as entidades chamadas para o efeito, nos termos da Lei, às quais, dada a nota apresentada, se poderão juntar as juntas de freguesia;
- O Fórum Seniores Ativos, com a participação de 300 idosos;
- A sessão solene de receção do 1º Ministro no Salão Nobre dos Paços do Concelho;
- A Campanha de sensibilização para a reutilização de sacos no Mercado da Graça, em cooperação com a AMISM e a MUSAMI;



- A parceria desenvolvida com a Associação Animais da Rua, para a recolha de animais dóceis da via pública, e que sinaliza uma sensibilização para o respeito dos direitos dos animais;
- A disponibilização de um *site mobile*;
- A nova solução para a promoção do projeto Ponta Delgada Wi-fi, a funcionar de forma gratuita em 14 pontos do centro histórico e Praias das Milícias e do Pópulo;
- O Convívio de São Martinho com idosos;
- O programa de Natal, com um esforço mais significativo, como incentivo à atividade local;
- A Gala do Desporto;
- O investimento no reforço da iluminação de Natal;

Feita a apresentação pelo Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia abriu as inscrições para os membros da Assembleia se pronunciarem sobre assuntos relacionados com o primeiro assunto da Ordem do Dia.

A primeira intervenção coube ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Candelária, que começou por se congratular por algumas iniciativas desenvolvidas na cidade aqui comunicadas, para dar nota, em seguida, de um relativo esquecimento da Candelária ao fazer-se uma reflexão do relacionamento da Câmara com a junta desta freguesia, salvaguardando os pagamentos, que têm sido feitos atempadamente. Deu o exemplo do Turismo, uma área em que antes havia bastantes manifestações culturais, inclusive na época natalícia, o que agora não se verifica. Esta nota, ressaltou, não retira a importância nem o significado da animação que é feita no centro de Ponta Delgada. Criticou uma certa descoordenação dos serviços camarários, visível por exemplo na ausência de informação sobre ações a desenvolver nas freguesias, apontando algumas exceções, como o Serviço de Higiene e Limpeza. Chamou a atenção para um ponto crítico da freguesia – o caminho da Candelária – muito utilizado para roteiros turísticos e passeios equestres, sinalizando a necessidade de outro empenhamento nestas

situações. Referiu-se também a um problema, ainda por resolver, que se encontra pendente, e em que é interveniente a Fábrica Quintal dos Açores, que tem sede e desenvolve a sua atividade na freguesia. Destacou o Ramal da Igreja e os caminhos de ligação entre a ribeira e o Pico, alertando para os perigos existentes, e destacou, de um modo geral, a rede viária da Candelária, para a qual reivindicou maior atenção por parte da Câmara.

Fez em seguida uso da palavra a Senhora Deputada Conceição Brasil, para sinalizar alguns problemas na escola EB do Ramalho, identificados já depois da conclusão das obras: a pouca ventilação nas salas, segundo queixas recebidas da parte de pais e professores, a inexistência de bengaleiros e a ausência de sinalização de saídas de emergência no 1º piso.

O Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às primeiras intervenções.

Relativamente aos problemas elencados pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Candelária, o Senhor Presidente da Câmara, após lhe dirigir um cumprimento de boas-vindas, garantiu que a relação financeira é hoje bem diferente, fruto de um sentido estratégico e de governação partilhada. Deu o exemplo dos contratos interadministrativos e dos acordos de execução, acompanhado de uma nota explicativa sobre o seu modelo de funcionamento, baseado numa percentagem das transferências para a autarquia. Destacou o facto de terem sido onze as intervenções já realizadas na freguesia, deixando ainda assim a promessa de que a Candelária não ficará esquecida no âmbito da estratégia de descentralização, a qual já é visível em ações concretas, como, por exemplo, os planos de apoio aos agentes culturais. No que diz respeito ao processo do Quintal dos Açores, adiantou que fruto de uma alteração legislativa foi possível acomodar a situação e resolver a bom porto as ambições da empresa em manter a fixação da indústria na freguesia. Quanto aos alertas dados pela Senhora Deputada Conceição Brasil, salientou, primeiro, a importância da realização da obra de requalificação da escola do Ramalho,

registando a melhoria significativa de condições que trouxe para aquela escola. Informou que foi solicitado que se apurassem pormenores que requeressem intervenções adicionais, pelo que é possível afirmar que o que existe não são erros de projeto, mas apenas a necessidade de alguns aperfeiçoamentos. Sobre as situações identificadas, no que se refere às janelas, está a ser estudada uma forma de se garantir uma maior abertura basculante, excetuando-se as que estão viradas para sul, que poderão ser abertas para o exterior. Quanto aos restantes pontos assinalados, comunicou que se aguarda a chegada de material e esclareceu que a vertente de mobiliário é uma responsabilidade específica da administração regional. Feito o balanço, afirmou-se satisfeito com a as obras realizadas naquele estabelecimento de ensino.

PONTO 2 – REFERENDO LOCAL – PROJETO DE DELIBERAÇÃO PROPOSTO PELO BLOCO DE ESQUERDA

Em cumprimento da deliberação da Câmara Municipal de 31 de outubro de 2014, foi presente o Ofício 23857/2014, da Câmara Municipal, de 14 de novembro de 2014, submetendo à Assembleia Municipal, para aprovação, o projeto de deliberação proposto pelo Bloco de Esquerda para a realização de um referendo local. A deliberação tomada pela da Câmara Municipal sobre este assunto inclui igualmente uma resolução de parecer negativo, votada na mesma reunião camarária, igualmente por unanimidade, a qualquer referendo que possa vir a ser agendado sobre o tema da incineração de resíduos.

A presente proposta está em conformidade com o estipulado legal, nomeadamente a Lei Orgânica 4/2000, de 24 de agosto, que regulamenta o regime jurídico do referendo local.

Antes de se proceder à discussão propriamente dita, a Senhora Deputada Vera Pires procedeu à apresentação do assunto fazendo a leitura da fundamentação do Projeto

de Deliberação para a realização de referendo local relativamente à posição dos órgãos do Município de Ponta Delgada sobre a conceção e construção de uma incineradora de resíduos na ilha de São Miguel, cujo teor é do conhecimento da Assembleia através do documento previamente distribuído.

Em seguida, o Senhor Deputado Ricardo Cabral usou da palavra para lembrar que este é um processo que já decorre há algum tempo, e que foram tomadas por parte das autarquias posições favoráveis. Foram realizados estudos de impacto ambiental, e o projeto foi submetido a audição pública e recebeu parecer favorável da Direção Regional do Ambiente. O entendimento do PS é de que a melhor opção é uma central de valorização, por trazer vantagens, sob o ponto de vista ambiental, relativamente aos aterros sanitários. Juntamente com o alerta de que a AMISM deverá procurar reforçar a sua ação sensibilizadora, concluiu a sua intervenção manifestando o propósito do PS de não votar favoravelmente a proposta do BE.

Para responder a esta intervenção, a Senhora Deputada Vera Pires lembrou que foram distribuídos pareceres da Quercus e da associação "Amigos dos Açores", ambos contrários à solução apresentada, e apresentando alternativas, o que demonstra que o BE não está isolado e contraria a posição assumida pelo Senhor Presidente da Câmara, que apelidou de absurda a ideia proposta de referendo local. Afirmou ainda que a democracia exige dos poderes públicos que não considerem os cidadãos como meros espectadores das suas decisões e que o voto numa qualquer força política não é um cheque em branco, defendendo por isso que deve consultar-se a população, renovando o debate de ideias e dando voz aos cidadãos. Disse acreditar que não está tudo decidido e que se está a lutar por uma alternativa à incineração e ainda a tempo de dar voz aos munícipes. Registou também que os dois maiores partidos não querem dar voz às pessoas, mas manifestou a convicção de que o debate não está encerrado.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para se pronunciar sobre este assunto.

O Senhor Presidente da Câmara começou por apresentar uma declaração de interesses, através de uma primeira nota em que afirmou que é favorável ao referendo mas não aos plebiscitos. O referendo, conforme referiu, é um instrumento de auscultação que deve preceder as decisões, o que não é o caso. Se o fosse, estaria disponível para aceitar. Em segundo lugar, relativamente ao argumento de que se trata de um problema de tempestividade e que se poderia, portanto, promover a alteração de uma má decisão, fez notar que esse é apenas um juízo opinativo. O que é defendido ao nível comunitário é a criação de um ecoparque, implicando, para se cumprir o seu papel em defesa ambiental, um reforço da recolha seletiva, e que se assegure a selagem dos aterros sanitários, que são prejudiciais, sobretudo quando se assiste à sua proliferação num território tão residual como é o caso dos Açores, mesmo em São Miguel, apesar de ser a maior ilha. Havendo uma aposta na cultura da separação e exportação dos produtos recicláveis e da compostagem, tal como consignado no Plano Regional de Resíduos (PEPGRA), estão cumpridas as componentes técnicas requeridas ao nível comunitário para proteção do ambiente. Pretende-se além disso proteger os lençóis freáticos das nossas ilhas. Há um acordo geral, reconhecido pelo Fundo de Coesão da União Europeia, que passa pela Europa toda, e esse acordo não tem sido um problema. Não podemos cristalizar posições só porque outras experiências no passado pudessem ter sido um problema para a saúde pública, defendeu. Há portanto um consenso por esta opção, quer ao nível da Administração Regional, quer ao nível da Administração Local. Além disso, continuou, estão a ser valorizados energeticamente os resíduos que não podem ser reciclados ou compostos. Existe um ecoparque que valoriza o tratamento dos resíduos na ilha de São Miguel no seu conjunto e também há um entendimento com a EDA para integrar na rede a sinergia proveniente desta valorização energética. Daí que, fruto da avaliação técnica e do que acabou de expor, possa exprimir a convicção de que o caminho que se está a percorrer está certo, e está legitimado.

Two handwritten signatures in black ink are located at the bottom right of the page. The first signature is a simple horizontal line with a small hook at the end. The second signature is more complex, consisting of several loops and a long vertical stroke.

O Senhor Deputado Ricardo Cabral pediu novamente a palavra, apenas para esclarecer que o Grupo Municipal do PS não classificou como "absurda" a ideia do BE, até porque não é sua prática utilizar essa terminologia.

Usou novamente da palavra a Senhora Deputada Vera Pires, primeiro, para pedir desculpa ao PS, reconhecendo que, de facto, não há em nenhum lugar a utilização da palavra "absurdo" pelo PS, ao contrário do que havia referido, pelo que circunscreve a utilização deste termo como refutação do BE unicamente à argumentação do Senhor Presidente da Câmara e, eventualmente, do PSD. Em segundo lugar, e no que respeita às várias informações a que o Senhor Presidente da Câmara aludiu, esclareceu que o estudo de impacto ambiental foi feito para o primeiro projeto e não para o novo projeto, o que está em concurso. Também quando diz que há garantias para a saúde pública, reitera que devem ser aplicados os princípios da precaução e da incerteza científica. Acrescentou que o PEPGRA defende o reaproveitamento e a reciclagem e não a incineração, que surge no fim da linha, ao contrário do que acontece com este projeto. Aliás, a legislação atualmente em vigor não defende a incineração. Além disso, o novo projeto prevê tecnologia de grelha, que é mais antiga e dá ainda menos garantias de ausência de riscos, quer para a saúde pública quer para o ambiente. Não é por se dizer que é uma boa decisão que passa a ser uma boa decisão, além de que o assunto não foi levado à população antes de essa decisão ser tomada. Também não foi explicitada a posição de cada partido, à exceção do BE. Ou seja, trata-se de uma tomada de decisão sem a necessária auscultação, encontrando-se aí a explicação-base para esta proposta de referendo.

Colocado o assunto à votação, a Assembleia deliberou, por maioria, com os votos a favor do BE, a abstenção do Movimento Santa Clara Vida Nova, e os votos contra do PS e do PSD, reprovando a proposta de realização de um referendo local sobre a incineração de resíduos.

PONTO 03 - DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2015 – CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS

Em cumprimento da deliberação da Câmara Municipal de 31 de outubro de 2014, foi presente o Ofício 23823/2014, da Câmara Municipal, de 31 de outubro de 2014, submetendo à Assembleia Municipal, para efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do disposto no DL n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, e suas subseqüentes alterações, e considerando o disposto no art.º 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (LGTFP), os Documentos Previsionais e mapa de pessoal da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados. O orçamento global do município acumula uma previsão de 44.331.137 euros (quarenta e quatro milhões, trezentos e trinta e um mil e cento e trinta e sete euros), dos quais 34.150.000 (trinta e quatro milhões, cento e cinquenta mil euros) se reportam à Câmara Municipal e 10.181.137 euros (dez milhões, cento e oitenta e um mil e cento e trinta e sete euros) se reportam aos Serviços Municipalizados. Na proposta de Orçamento da Câmara Municipal, elaborada no cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição, foi prevista uma receita total de 34.150.000 (trinta e quatro milhões, cento e cinquenta mil euros) para uma despesa de igual montante, correspondendo a receita corrente ao montante de 30.249.276 (trinta milhões, duzentos e quarenta e nove mil e duzentos e setenta e seis euros), a receita de capital ao montante de 3.900.724 (três milhões, novecentos mil e setecentos e vinte e quatro euros), a despesa corrente ao montante de 27.582.509 (vinte e sete milhões, quinhentos e oitenta e dois mil e quinhentos e nove euros) e a despesa de capital ao montante de 6.567.491 euros (seis milhões, quinhentos e sessenta e sete mil e quatrocentos e noventa e um euros). A proposta de orçamento dos Serviços Municipalizados da Câmara Municipal de Ponta Delgada prevê a receita total de 10.181.137 euros (dez milhões, cento e oitenta e um mil e cento e trinta e sete euros), para uma despesa de igual montante. Correspondendo a receita corrente ao montante de 8.836.473 euros (oito milhões, oitocentos e trinta e seis mil euros e quatrocentos e setenta e três euros), receita de capital ao montante de 1.344.663 euros (um milhão, trezentos e quarenta e quatro mil seiscentos e sessenta e três

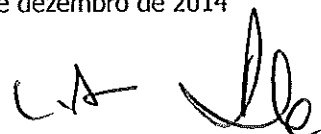


euros), e outras receitas ao montante de 1 euro (um euro), a despesa corrente ao montante de 6.704.964 euros (seis milhões, setecentos e quatro mil e novecentos e sessenta e quatro euros) e a despesa de capital ao montante de 3.476.176 euros (três milhões, quatrocentos e setenta e seis mil e cento e setenta e seis euros). Nos termos do art.º 12.º do DL n.º 127/2012, de 21 de junho, que regulamenta a Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, foi ainda solicitado a emissão, pela Assembleia Municipal, de autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais até ao montante previsto para cada projeto descrito nas Grandes Opções do Plano 2015-2018, da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados.

Na apresentação dos documentos previsionais para 2015, o Senhor Presidente da Câmara começou por afirmar que o documento fica aquém da ambição da Câmara Municipal. Confidenciou que havia uma anteproposta que apontava para uma despesa prevista de 50 milhões de euros. Infelizmente, como mandam os procedimentos do poder local, houve que atender à expectativa realista das receitas, embora o primeiro exercício de planeamento fosse da parte da despesa. A conclusão que se retira deste trabalho é que no momento da preparação deste orçamento se respeitou o compromisso de assegurar com a oposição o cumprimento do seu estatuto, tendo-lhe sido enviada uma anteproposta para apreciação, apesar do desconhecimento do Orçamento de Estado para 2015 e da indefinição que ainda persiste, quanto aos Quadros Comunitários de Apoio, com aquela que seria uma estimativa próxima do realismo. Em conformidade com os critérios estipulados pela Lei, baseando-nos na média da receita dos últimos 2 anos e assegurando uma perceção do acréscimo da receita fiscal por via do aumento fiscal e do eventual fim do teto imposto para o IMI para os imóveis objeto de reavaliação, calculámos um valor para a receita na ordem dos 34 milhões e 150 mil euros. A estimativa realista, e já testada em Orçamento de Estado, não pode sofrer alterações. Isso é também resultante de uma opção estratégica de despesa pública fiscal, razão pela qual vai ser deliberado a aplicação da taxa mínima de IMI no concelho. O mesmo se passa com a isenção da Derrama para as PME com lucros até 150 mil euros e com a isenção e redução das taxas de Ocupação de Via abrangidas pelo REVIVA. Trata-se

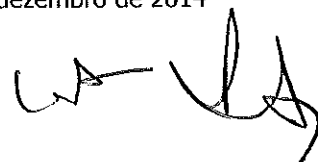


de uma opção estratégica porque, não recebendo o que poderia receber, o Município está distribuindo disponibilidade económica. Lembrou, neste ponto, que este é um mecanismo ao alcance de Ponta Delgada, pois às autarquias que estão em desequilíbrio financeiro, é-lhes vedada essa possibilidade. Apesar do orçamento ter vindo sempre a descer, prosseguiu, procurou assegurar-se na área social a manutenção do esforço financeiro, tal como se manteve o peso relativo das verbas a distribuir pelas juntas de freguesia. Procurou garantir-se um esforço de manutenção de verbas para com os parceiros das vertentes cultural, social e desportiva, registando-se inclusive um aumento das rubricas relativas ao assistencialismo social. Confessou as suas expectativas de poder contar com a sensibilidade dos presidentes de junta para a referida redução, que não foi unilateral, afirmando que a autarquia se mantém fiel ao princípio da solidariedade: diminuição global *versus* redução setorial. Procedeu em seguida a uma leitura geral dos dados que integram os documentos previsionais da Câmara Municipal, de modo a possibilitar uma perspetiva elucidada das condições subjacentes à sua elaboração. Do lado da Receita, relevou o impacto da acentuada diminuição das receitas de capital, com menos cerca de 4 milhões e 581 mil euros relativamente a 2014, apesar das receitas correntes subirem 1 milhão e 191 mil euros. Na vertente da despesa, assinalou o aumento das despesas correntes, com uma variação de 1 milhão e 747 mil euros, acusando o impacto da alteração do regime jurídico do Setor Empresarial Local bem como o entendimento do Tribunal de Contas neste domínio. Nas despesas de capital, há a registar uma variação negativa de 5 milhões e 137 mil euros. Há ainda a registar o aumento das despesas com pessoal e de aquisição de serviços, explicável pela necessidade, já contemplada neste orçamento, de incluir sete jardineiros da empresa Cidade em Ação, por não haver viabilidade, por parte desta empresa, de suportar o respetivo esforço financeiro com o Parque Urbano. Importa igualmente salientar, no âmbito dos recursos humanos, o aumento da taxa para a CGA, o aumento do subsídio de turno da Polícia Municipal e ainda a supressão dos cortes salariais em consequência do acórdão do Tribunal Constitucional. Sobre a organização das verbas orçamento inscritas no Plano Plurianual de Atividades (PPI) e no Plano de Atividades



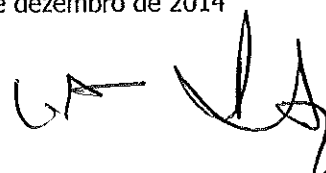
Municipais (PAM), salientou que em termos de PPI há uma variação negativa de 38% face a 2014, explicável pela já referida redução de meios que assola o país, a região e o município. Ressalvou no entanto, que se mantém aberta a possibilidade de uma revisão orçamental, na eventualidade do Quadro Comunitário de Apoios assim o permitir. Quanto ao PAM, assinalou uma descida de 20% nas Funções Gerais, enquanto nas Funções Sociais se verifica um aumento de 23%, repartido pelo reforço de verbas na Educação (7%), na Ação Social (28%), na Habitação (9.396%), no Ordenamento de Território (60%), em Resíduos Sólidos (38%), na Cultura (152%) e no Desporto (22%). Fazendo uma síntese desta informação, admitiu que este é um documento que não o satisfaz, face à escassez de recursos, mas que assume como um fator de motivação para privilegiar as prioridades. Insistiu na possibilidade, em aberto, de vir reforçar estas medidas com recurso a Fundos Comunitários, nomeadamente na área da Educação, na componente física, através de intervenções já previstas em edifícios escolares nas freguesias, como é o caso de S. Pedro, Ginetes, Fenais da Luz, São Roque (canada das Maricas). Também a proteção da Orla Marítima, em Santa Clara, estará no centro das preocupações, se passar a haver meios que o permitam, bem como para todas as outras freguesias, com vista a investimentos descentralizados, concretizando-se as expetativas de novidades positivas que o permitam.

O Senhor Deputado Noé Rodrigues usou da palavra para fazer a apreciação crítica do documento. Começou por registar a definição, a explicação prévia e o enquadramento realizado dos documentos previsionais, bem como o contexto restritivo a que alude. Em seguida, criticou a forma que considera demasiado passiva como a Câmara Municipal de Ponta Delgada responde a esta situação, uma vez que, na sua perspetiva, se limita a transpor para os documentos aquilo que recebe dos diferentes circunstancialismos. Deu o exemplo da manutenção da Derrama e das isenções no âmbito do REVIVA, e manifestou o entendimento de que a aposta na solidariedade social podia ser mais ousada, elegendo outras prioridades, para delinear novos objetivos e novas estratégias. Defendeu uma maior dinamização da

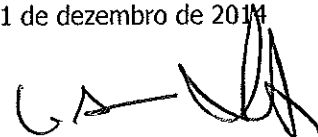


atividade económica, com um novo quadro de pagamentos para as empresas, como por exemplo através de um limite de isenção da Derrama mais alargado. Defendeu como essencial uma aposta maior nas empresas e nas famílias, minimizando assim a brutal carga fiscal a que estão sujeitas, privilegiando respostas de proximidade. Sublinhou que no presente orçamento os investimentos são reduzidíssimos, o que se traduz em menos apoio à atividade económica, uma constatação evidenciada pela inexistência de medidas de alívio da carga fiscal. Assinalou que se assiste igualmente a uma redução substancial das transferências para as juntas de freguesia, quando havia sido afirmado que estes apoios seriam triplicados. Colocou em seguida algumas questões que gostaria de ver respondidas: 1) Qual a justificação para o aumento de 125% da rubrica "Outros Serviços"? 2) A que é que se deve o aumento de 400% nas despesas previstas para "Transportes Públicos Urbanos? 3) A que é que se deve o aumento de 650% na rubrica "Outros abonos em numerário e em espécie? 4) Em que é que consiste a rubrica "Locação e outros bens", onde se regista um aumento de 7.000%? 3) Quando se efetivarem os apoios comunitários, haverá um aumento das transferências para as juntas de freguesia?

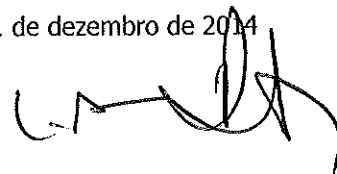
Em seguida, interveio a Senhora Deputada Conceição Arruda, começando por expressar as suas felicitações pela intervenção do Senhor Presidente da Câmara, particularmente pelas respostas e pelo enquadramento que realizou para os pontos 3, 4, 5 e 8 da agenda. Corroborando os argumentos apresentados, afirmou que este é o orçamento possível, e destacou o rigor e o realismo patentes na sua elaboração, bem como a escolha rigorosa e criteriosa que estes aspetos implicam. Num quadro de diminuição das transferências do Orçamento de Estado, e apesar de todos os condicionalismos, louvou o facto de o Município garantir a prossecução dos seus objetivos. Após realizar uma síntese dos dados que acompanham e fundamentam o presente orçamento, realçou alguns aspetos positivos, como a manutenção do peso relativo das transferências para as juntas de freguesia, no âmbito do PAM, a redução do endividamento, e a diminuição do prazo de pagamento aos fornecedores.



Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara para se pronunciar sobre as intervenções precedentes. Em resposta às apreciações do Senhor Deputado Noé Rodrigues e da Senhora Deputada Conceição Arruda, endereçou, primeiro, uma saudação à Senhora Deputada pela análise exaustiva, e agradeceu a apresentação feita da informação extraída da verdade do documento, sobretudo por convergir na ênfase que é dada à realidade do orçamento no sentido da sua exequibilidade, deixando de lado a preocupação por unanimismos que depois não teriam reflexos na prática. Em relação à posição manifestada pelo Senhor Deputado Noé Rodrigues, começou por afirmar que os fundamentos apresentados para um voto desfavorável não foram convincentes. Lembrou que houve uma aproximação, aquando da elaboração do documento, no respeito pela alternativa e pela participação e que no cumprimento do estatuto do direito de oposição foram apresentadas propostas, referindo-se às propostas do BE - facto que aproveitou para saudar -, e que as mesmas foram tidas em conta através de um ligeiro incremento das verbas reservadas a algumas rubricas, como são exemplos o reforço dos montantes para o Plano municipal da saúde e comportamentos de risco, ou para as políticas integrativas. Relativamente aos pedidos de clarificação de algumas rubricas, esclareceu que a rubrica "alocação de outros bens", e o aumento "enorme" assinalado, se reporta à definição do relacionamento financeiro com a empresa Azores Parque, que é necessário estar já contemplado. O mesmo se passa com a Rubrica "Aquisição de Outros Serviços", relativamente ao Coliseu Micaelense, nomeadamente no que se refere ao concurso para a organização de exposições e realização de espetáculos, tendo havido necessidade de fazer uma equiparação ao valor da rubrica corrigida em 2014. Salientou que a proposta de reintrodução das bolsas de estudo para alunos carenciados apresentada pelo BE não foi tida em conta, uma vez que a mesma compete ao Governo Regional e é uma competência que está a ser cumprida. Quanto à proposta apresentada pelo PS através dos seus vereadores da Câmara Municipal, nomeadamente a via pedonal e ciclável ligando o Clube Naval à ETAR, esclareceu que foi rejeitada, nesta fase, porque está a ser analisada em sede da Comissão Municipal de Segurança Rodoviária. Em relação à proposta de

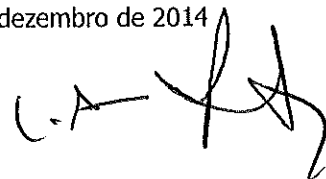


aumento das transferências para as juntas de freguesia, informou que foi reprovada, porque isso só será possível caso haja folga orçamental, numa base de aumento proporcional, verificando-se, por exemplo, um aumento da receita fiscal, e a tal se compromete, consignando esta possibilidade com um objetivo. Esclareceu e precisou ao Senhor Deputado Noé Rodrigues os termos em que sido anunciado que desde 2012 o valor de referência das transferências seria triplicado, e deu conta de já ter sido cumprido esse desiderato. Explicou novamente que o orçamento foi feito por via da receita e que quando se assumiram os valores aqui apresentados foi já com o compromisso de se promover uma redução da taxa do IMI para o limite mínimo legal, mantendo todas as outras componentes da receita fiscal inalteradas. Lembrou que não houve nenhuma proposta para redução da Derrama, ou da taxa variável do IRS, para além da concordância na redução para a taxa mínima do IMI. Adiantou que estão a ser avaliadas com realismo aquelas que são as possibilidades de despesa pública. Relativamente aos aumentos propostos pelo PS, e que foram aceites, destacou as rubricas "Instalações desportivas e recreativas"; "Parques e Jardins"; "Apoio à habitação degradada". Quanto às propostas não aceites, justificou a decisão com o facto de se limitarem a fazer a transferência de verbas de umas rubricas para outras, ou devido à ausência de especificação dos montantes. Deu ainda nota de haver aumentos propostos com valores irrelevantes, ou inseridos em propostas desfasadas das despesas já previstas. Prosseguiu com a explicação de que existe no presente orçamento despesa pública por ausência de cobrança fiscal, exemplificando com base em estimativas. No caso do IMI, por exemplo, aplicando-se o limite máximo haveria um aumento de receita de aproximadamente 4 milhões e 300 mil euros, que passam a ser de apenas 263 mil euros com a taxa no valor mínimo. São mais de 4 milhões de euros que ficam na economia. Na Derrama, sem a isenção que vigora e que se manterá, cerca de 138 mil euros irão apoiar a economia através das PME. No Projeto REVIVA, a redução de taxas ou a sua eliminação significa 270 mil euros por ano que deixam de ser cobrados. Sinalizou ainda a redução para metade das taxas dos comerciantes do Mercado da Graça, como compensação das perturbações causadas pelas obras, a redução das taxas de Publicidade, em que se



prescinde de uma receita de 62 mil euros. No total, há 6 milhões 457 mil e duzentos euros de redução da despesa pública por via da desoneração fiscal. Orgulha-se, portanto, do sentido estratégico de apoio à economia, através de medidas que, pese embora não estejam no orçamento nem contem na despesa, são uma realidade efetiva. Quanto ao Setor empresarial Local (SEL), os dados partem da previsão para 2015, já com a reconfiguração do modelo de relacionamento financeiro, incluindo a relação com o Coliseu, que aproveitou para lembrar que integrou o ANIMA Cultura, passando a assumir os encargos e competências na área da cultura e do desporto que antes lhe estavam atribuídos. Fazendo uma leitura geral das verbas previstas para o SEL, assinalou, para o Coliseu Micaelense, o montante de 1.243.800 euros, para a Azores Parque, 689.986 euros, e para a Cidade em Acção 1.201.401 euros. Aproveitou para esclarecer que uma parte destes valores é para o pagamento de dívida e para o normal funcionamento da empresa. Sobre a rubrica “Transportes”, chamou a atenção para o facto de o contrato atual terminar em abril, pelo que se está a trabalhar no novo modelo de transportes, tentando criar uma espécie de Metro de superfície, no âmbito do plano integrado de transportes, e prevendo-se já a partir de abril/maio ser possível assegurar esta nova filosofia de transporte coletivo de passageiros favorável à mobilidade urbana, e nalguns casos com redução de custos para os utentes. Assegurou que a seu tempo serão esclarecidos os detalhes deste modelo. Frisou igualmente que não se faz aqui qualquer referência indemnizatória ao conhecido contencioso com a empresa UTC, e sobre esse caso, deu conta de que estão em curso negociações visando um entendimento, para que se possa resolver este assunto o mais rapidamente possível. O orçamento não prevê qualquer verba para esta situação concreta, por ser impossível contabilizar no presente, fazendo-se, na altura própria, a devida contabilização. Esclareceu ainda que os abonos em numerário ou em espécie são as rubricas da remuneração complementar, por orientação da DROAP.

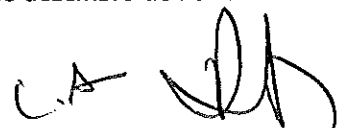
Em seguida, interveio a Senhora Deputada Vera Pires para se pronunciar sobre as propostas de aumento em duas rubricas do BE aprovadas. Não deixando de



reconhecer que é verdade que ambas foram aumentadas em 10%, defendeu que convém ter a noção dos números reais, nomeadamente o aumento de 4.500 para 4.840 euros e de 20.000 para 22.000 euros, respetivamente, e que convém igualmente ter a noção de qual era o conceito de "reforço" subjacente às preocupações do BE. Relativamente aos dados da rubrica "Outros Bens e Serviços", perguntou se a entrada dos documentos entregues no início visavam o esclarecimento deste ponto, uma vez que se trata de dados irrelevantes, tendo-se passado de uma situação de escassez de informação para uma situação de informação em excesso, e esclareceu que quando se pediu mais e melhor esclarecimento em relação à rubrica "Outros" não era propriamente para este nível detalhe. Os assuntos do relacionamento com o SEL, esses sim, advogou, deveriam ter sido apresentados com antecipação e não fruto da intervenção dos grupos municipais.

O Presidente da Junta de Freguesia de Candelária tomou a palavra para observar que a imagem que passa para a opinião pública não reflete o que se passa na realidade, e chamou a atenção para o facto de o aumento de verbas para as juntas de freguesia trazer também um aumento de encargos, como por exemplo, com gastos com pessoal, aluguer de maquinaria, etc.

Em resposta a estas intervenções, o Senhor Presidente da Câmara, dirigindo-se à Senhora Deputada Vera Pires, afirmou que se foi ao encontro das propostas que falavam em reforço das verbas e que aquelas não quantificavam esse reforço, com o meio e com os montantes possíveis, sublinhando que se procurou responder positivamente. Sobre a observação relativa ao alegado excesso de informação em papel que foi distribuído para justificar a rubrica "Outros", e que já anteriormente tinha explicado que tinha a ver com o POCAL, registou que foi essa a informação que foi requerida: discriminação da rubrica "Outros". Rejeitou igualmente a acusação de sonegar informação, porque os detalhes das informações prestadas em tempos próprios, e o detalhe das verbas com as empresas do SEL, bem como a abordagem



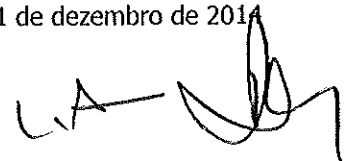
da reconfiguração da relação financeira terão uma sessão da Assembleia Municipal reservada para o efeito. Em resposta ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Candelária, opinou que a organização do Estado não foi feita pela autarquia, e ao contrário do Estado, que reduz transferências e aumenta competências, a autarquia apenas reforça e aumenta a receita. Não se oneraram, portanto, com encargos, as freguesias. Trata-se de uma situação que decorre da Lei, e não de uma responsabilidade da Câmara Municipal. Reforçaram-se, isso sim, as transferências, em nome do importante papel desempenhado pelas juntas de freguesia numa governação de proximidade.

Colocado o assunto à votação, a Assembleia deliberou, por maioria, com os votos contra do PS e do BE, a abstenção do Movimento Santa Clara Vida Nova e os votos a favor do PSD, aprovar os Documentos Previsionais Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados, bem como os respetivos mapas de pessoal para vigorar no ano de 2015. Mais deliberou, com os mesmos votos, emitir a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais até ao montante previsto para cada projeto descrito nas Grandes Opções do Plano 2015-2018, da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados.

Apresentou declaração de voto o Senhor Deputado Noé Rodrigues, para deixar o registo de que sobre a questão relativa às transferências para as juntas de freguesia, quando na proposta a que aludiu se faz referência ao facto de triplicarem, não se faz referência a um teto limite de 4% no orçamento, como agora se vê, mas mantiveram-se, antes, os serviços transferidos para as juntas, por determinação do governo. No entanto agora fala-se desse teto. Registou ainda que os documentos previsionais aqui apresentados estão fortemente condicionados, como foi dito, pela situação económica e social mas também pela herança política do SEL. Renovou igualmente a crítica de que nos domínios em que a Câmara podia agir, por exemplo na Derrama, não se muda nem se inova, no sentido de melhorar as condições das empresas. Por esta razão, concluiu, o PS votou contra.

Apresentou igualmente declaração de voto a Senhora Deputada Vera Pires, para afirmar que regista com agrado a manutenção da rubrica referente ao Orçamento Participativo, bem como a introdução do Projeto OP Escolas, que também saúda, ou a continuação da política de transferências para as freguesias, embora seja de lamentar a redução do montante previsto. Regista ainda como positivo o reforço da verba prevista para o Fundo Municipal de Solidariedade Social. Salaria no entanto como negativo a continuação da forte expressão das rubricas "Outros", que necessitará de um melhor esclarecimento de forma a aferir quanto deste valor poderia ser alocado a outras despesas, nomeadamente Ação Social, apoio às famílias e solidariedade, por exemplo na prevenção e tratamento das toxicodependências e nas políticas de reintegração. Os reforços não parecem suficientes para levar a cabo um verdadeiro plano de ação. Igualmente como negativo, salientou a inexistência de bolsas de estudo, o fraco investimento na rede viária, em ciclovias e vias pedonais, corredores verdes, entre outros, bem como na reabilitação urbana e na dinamização cultural.

Também o Senhor Deputado Luís Maurício apresentou uma declaração do voto favorável, afirmando que se trata de documentos da verdade e do rigor, que não sobrevalorizaram a receita e que tiveram em conta a realidade social e económica que vivemos. Apesar da forte contenção a que este Município está sujeito por via da redução das receitas, não deixou de se aumentar o apoio social às famílias e às empresas, como por exemplo na isenção da derrama até aos 150 mil euros e a baixa do IMI para o seu limite mínimo legal. Elogiou e a estratégia seguida bem como a forma brilhante como o Senhor Presidente defendeu os seus princípios, juntamente com a sua equipa e no respeito pelas oposições.



PONTO 4 – DERRAMA 2015

Em cumprimento da deliberação da Câmara Municipal de 12 de novembro de 2014, foi presente o Ofício 23803/2014, da Câmara Municipal, de 14 de novembro de 2014, submetendo à Assembleia Municipal, para aprovação, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º e alínea d) do n.º 1 do art.º 25.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o lançamento de derrama de 1,5% para a generalidade dos sujeitos passivos, isentando-se da referida taxa os sujeitos passivos com um volume de negócios inferior a 150.000 euros, mantendo-se assim o apoio às pequenas e médias empresas e ao comércio tradicional, conforme desiderato do executivo camarário.

Pedi a palavra o Senhor Deputado Carlos Brum Melo, tendo começar por fazer um ponto prévio para esclarecer que, aquando da abordagem do ponto anterior, o Senhor Presidente da Câmara fez menção a que não houve uma proposta da vereação do PS, no entanto, esclareceu, ela foi apresentada, apenas tal não coincidiu com a reunião de preparação do orçamento. O Grupo Municipal do PS, em harmonia com a vereação Socialista da Câmara Municipal, sublinhou, partilha da posição de que a proposta de isenção para empresas com lucro tributável abaixo dos 150 mil euros, mantendo a carga fiscal sobre as outras, reflete uma política económica pouco dinâmica e pouco atrativa ao investimento. Esta redução podia ser compensada com a previsão do aumento da receita por via do IMI, decorrente do termo da cláusula de salvaguarda. O que se verifica, afirmou, é que há um aumento dos encargos para as famílias e se mantém o encargo para as empresas. Concluiu deixando o desafio do PS para que quando se confirmar o aumento da receita por via do IMI, esta taxa da Derrama possa ser revista em eventual revisão orçamental.

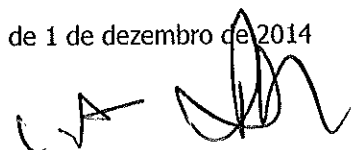
Colocado o assunto à votação, a Assembleia deliberou, por maioria, com o votos contra do PS e os votos a favor do PSD, do BE e do Movimento Santa Clara Vida Nova, aprovar o lançamento de derrama de 1,5% para a generalidade dos sujeitos passivos, isentando-se da referida taxa os sujeitos passivos com um volume de negócios inferior a 150.000 euros.

Pedi para apresentar declaração de voto o Senhor Deputado Carlos Brum Melo, para deixar registado que seria muito importante para Ponta Delgada, dado o papel que desempenha como centro económico, ter uma intervenção mais dinâmica neste domínio. No entendimento do PS, havia a oportunidade de reduzir a carga fiscal das empresas, o que não foi feito, apesar de ser expectável um aumento da receita do IMI. Concluiu com a renovação da proposta de que se faça a revisão da taxa da derrama, se isso acontecer.

PONTO 05 – PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DO IRS PARA 2016

Em cumprimento da deliberação da Câmara Municipal de 12 de novembro de 2014, foi presente o Ofício 23806/2014, da Câmara Municipal, de 14 de novembro de 2014, submetendo à Assembleia Municipal, para aprovação, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º e alínea c) do n.º 1 do art.º 25.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a proposta de fixação da participação variável do IRS dos sujeitos passivos, relativo aos rendimentos do ano de 2015, na percentagem de 5%.

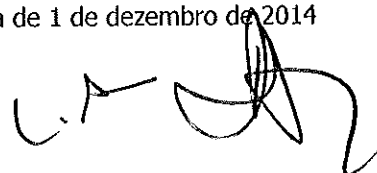
Começou por usar da palavra sobre este assunto o Senhor Deputado Hélder Borges, iniciando a sua intervenção com a afirmação de que as Câmaras devem procurar fazer tudo o que estiver ao seu alcance para diminuir os encargos e as dificuldades das famílias. Prosseguiu lembrando que a proposta do PS de reduzir a percentagem de participação variável do IRS de 5% para 2,5% não foi aceite, e que esta medida iria atenuar os efeitos da política fiscal restritiva em vigor. Refutou o argumento usado para a reprovação, que se baseia em não haver condições para o fazer, baseando a sua posição no entendimento de que o aumento da receita do IMI seria suficiente para colmatar essa diferença. A atual proposta, na sua opinião, peca por incoerência, porque apenas manifesta preocupação com o aumento da receita e não com a situação das famílias, que verão assim a sua situação fiscal agravada.



Em seguida a Senhora Deputada Vera Pires fez a citação de um artigo de opinião de José Manuel Bolieiro, em 2009, numa altura em que era Vice-Presidente da autarquia, no qual defendia a redução da taxa variável de IRS para 1%, uma asserção que não se confirma com a taxa agora proposta.

No tempo de intervenção que se seguiu, o Senhor Deputado Ricardo Madruga da Costa observou que o atual momento de dificuldades já devia ter ensinado a olhar para o orçamento público de outro modo. Não é possível, quando se fala de despesas, dizer-se que o esforço pode ser sempre maior, e na parte das receitas, que é possível cobrar sempre menos. É aí que se centra a verdade da questão, defendeu: a discussão deve centrar-se na forma como se aplicam as receitas que existem com os recursos disponíveis, apesar de haver diferenças de opinião. Concluiu com o reconhecimento de que o desagramento da carga do IRS até pode ser uma realidade para os micaelenses e para os açorianos, mas que é do conhecimento geral quem tem a competência para o garantir.

O Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para se pronunciar sobre o que acabou de ser dito. Depois de louvar a intervenção do Senhor Deputado Ricardo Madruga da Costa, o Senhor Presidente da Câmara referiu-se ao artigo citado, numa fase em que a taxa do IMI era de 0,35% e não 0,30% como irá ser agora. Criticou a forma como foi colocado o problema, uma vez que se ignora o que do ponto de vista da receita fiscal foi feito pelo Município. Voltou a defender a sensibilidade gestonária que é requerida para haver equilíbrio entre aquilo que é a receita fiscal e o que é a importância da despesa pública para a economia. A coerência mantém-se, prosseguiu, e isso é visível na desoneração fiscal, por exemplo na retoma do diferencial fiscal de 30%. Quanto à intervenção do Senhor Deputado Hélder Borges, considerou-a demagógica, porque não é possível dar tudo a todos e não se pode dar o que não se tem. Acusou, deste modo, de irracionalidade, a nota que deixou, porque é necessário contrabalançar a despesa com os recursos da parte da receita. A opção seguida neste orçamento é de realismo e rigor, e a própria composição da receita fiscal já foi feita nesses termos,



esclareceu. Não é compatível a exigência de um estado social com um município social, e com a desoneração absoluta em termos fiscais, concluiu.

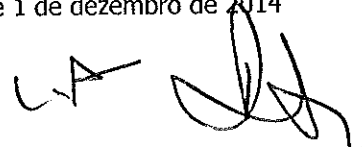
Pediu a palavra o Senhor Deputado Hélder Borges para advogar que é possível ir mais além na participação variável do IRS, tal como se verifica no IMI. E quanto ao entendimento manifestado de que a manutenção da participação do IRS nos 5% é uma opção, afirmou que essa é uma opção que fica com quem a defende.

Usou novamente da palavra o Senhor Presidente da Câmara para, em resposta ao Senhor Deputado Hélder Borges, reiterar a afirmação de que o texto é um documento de apelo à demagogia. A concluir, afirmou que para se afastar desse nível, o Senhor Deputado Hélder Borges deveria reclamar em sede da ALRAA o crédito da taxa variável de IRS de dezembro de 2009 e de 2010 que foi determinado pelo Tribunal Constitucional que fosse da responsabilidade do Governo Regional.

Colocado o assunto à votação, a Assembleia deliberou, por maioria, com os votos contra do PS e do BE, a abstenção do Movimento Santa Clara Vida Nova e os votos a favor do PSD, aprovar a proposta de fixação da participação variável do IRS dos sujeitos passivos, relativo aos rendimentos do ano de 2015, na percentagem de 5%.

Pediu para apresentar declaração de voto o Senhor Deputado Hélder Borges, para deixar registado que havendo a possibilidade de reduzir a participação variável do IRS, a opção foi manter a carga fiscal sobre as famílias, no momento de crise que atravessam.

Apresentou igualmente declaração de voto a Senhora Deputada Vera Pires, para reforçar a posição de que as autarquias têm a obrigação de tomar medidas que façam face à dificuldade das famílias, pelo que a redução da taxa variável do IRS poderia e deveria ser uma destas medidas.



PONTO 6 – SMAS – INFORMAÇÃO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA CONCEDIDA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

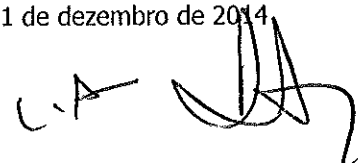
Foi presente o Ofício 23806/2014, da Câmara Municipal, de 14 de novembro de 2014, submetendo à Assembleia Municipal, para conhecimento, o teor do ofício 3955, dos SMAS, de 6 de novembro, recebido e apreciado na reunião camarária 12 de novembro de 2014.

A Assembleia tomou conhecimento.

PONTO 7 – PROPOSTA DE EMISSÃO PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO – LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO

Em cumprimento da deliberação da Câmara Municipal de 12 de novembro de 2014, foi presente o Ofício 23818/2014, da Câmara Municipal, de 14 de novembro de 2014, propondo à Assembleia Municipal a emissão de autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais, no âmbito da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, nos termos especificados.

Não tendo havido pedidos de intervenção sobre este assunto, o mesmo foi colocado à votação, tendo a Assembleia deliberado, por maioria, com os votos a favor do PSD, PS e Santa Clara Vida Nova e a abstenção BE, emitir autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais, no âmbito da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, nas condições propostas.

Handwritten signature and initials, likely of a council member or official, located at the bottom right of the page.

PONTO 8 – PROPOSTA DE PERCENTAGEM DE TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM

Em cumprimento da deliberação da Câmara Municipal de 12 de novembro de 2014, foi presente o Ofício 23693/2014, da Câmara Municipal, de 13 de novembro de 2014, submetendo à Assembleia Municipal, para a provação, a proposta de manutenção da Taxa Municipal de Direitos de Passagem no valor máximo de 0,25%, de acordo com a informação para o efeito pela Divisão de Gestão Administrativa.

Colocado o assunto à votação sem que tenha havido pedidos de intervenção, a Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a manutenção da Taxa Municipal de Direitos de Passagem no valor máximo de 0,25%.

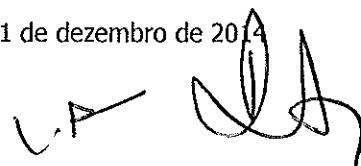
PONTO 9 – PROPOSTA DE ISENÇÃO DE IMI E IMT DO PROJETO DE INTERESSE REGIONAL – “PEDRAS DO MAR – HOTEL RESORT AND SPA” – AÇORSONHO – HOTÉIS, LDA.

Em cumprimento da deliberação da Câmara Municipal de 12 de novembro de 2014, foi presente o Ofício 23858/2014, da Câmara Municipal, de 14 de novembro de 2014, submetendo à Assembleia Municipal, para aprovação, a proposta de isenção de IMT do Projeto de Interesse Regional – “Pedras do Mar – Hotel Resort and Spa” – Açorsonho Hotéis, Lda., e ainda de isenção de IMI pelo prazo de cinco anos para os prédios descritos nos pontos n.º 1,2,3,4 e 5 do Ofício do SDEA datado de 6 de novembro de 2014, em conformidade com a declaração de PIR emitida pelo Governo Regional dos Açores.

O pedido de atribuição de benefícios fiscais através da isenção de IMT e IMI foi feito ao abrigo das alíneas b) e c) do n.º 1 do art.º 5.º do DRR n.º 9/2014/A, de 27 de junho, sendo requerida a aprovação da Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal, aqui apresentada, com a devida fundamentação que se anexa à presente Ata e dela faz parte integrante, incluindo a estimativa da respetiva despesa

fiscal, conforme o disposto no n.º 2 do art.º 16.º da lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

O Senhor Presidente da Câmara começou por tecer algumas considerações, com carácter explanativo sobre o assunto em apreço. Esta medida, defendeu, comporta uma decisão pioneira, em nome do Município, para um objetivo que irá tornar-se num projeto significativo no âmbito da Região Autónoma dos Açores. Tal como prevê o quadro da Lei das Finanças das Regiões Autónomas, é possível a contratualização de benefícios fiscais, desde que enquadrados por uma resolução do conselho do Governo. Trata-se aqui, prosseguiu, de oportunidades fiscais, por via de uma desoneração fiscal temporária, para investimentos que sejam multiplicadores. Manifestou sensibilidade para com este objetivo, dada a existência de critérios que estabelecem um valor mínimo de investimento e também pela importância do setor: o Turismo. Explicou que desta forma, a Administração Regional viabiliza, por via da aplicação da Lei, um benefício fiscal, sem no entanto, esclareceu, ter qualquer custo com esta contratualização de incentivo fiscal. Registou que este modelo contém um elemento de desequilíbrio e de injustiça, uma vez que quem assume os encargos são os municípios. De qualquer modo, e porque essa proposta tem de ir a consulta da autarquia, e não se dizendo nada em 45 dias, o que é requerido é aceite, por demissão de posição, o entendimento foi que era razoável e aceitável e na relação entre a maturidade do investimento para a sua sustentabilidade até entrar em velocidade de cruzeiro, optar pela isenção do IMT e do IMI por 5 anos, dentro do quadro legal. A Assembleia Municipal tem, assim, a possibilidade de manifestar concordância com a proposta que é feita pelo Governo. Foram solicitadas informações detalhadas, por isso se propõe foi aceite por unanimidade este incentivo em reunião de Câmara. Deu nota, em seguida, da quantificação, por estimativa, das isenções, através da leitura de um documento, resumindo-se a mesma aos seguintes valores:

Two handwritten signatures in black ink are located in the bottom right corner of the page. The first signature is a simple, stylized mark, and the second is a more complex, cursive signature.

IMT – 29.726, 25 euros

IMI (Rústico) – 3.890,24 euros

IMI (c/ localização excecional) – 63.600,15 euros

IMI (s/ localização excecional) – 54.036,15 euros

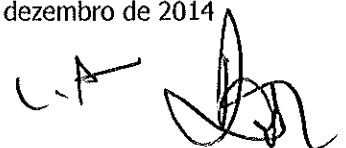
Colocado o assunto à votação, a Assembleia deliberou, por maioria, com os votos a favor do PSD, PS e Movimento Santa Clara Vida Nova, e o voto contra do Bloco de Esquerda, aprovar a proposta de isenção de IMT do Projeto de Interesse Regional – “Pedras do Mar – Hotel Resort and Spa” – Açorsonho Hotéis, Lda., e ainda a isenção de IMI pelo prazo de cinco anos para os prédios suprarreferidos, nos termos e condições da fundamentação anexa.

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar esta parte da Ata em minuta, para efeitos imediatos, nos termos do nº 3 do art.º 57.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, plasmado no nº 4 do artigo 65.º do Regimento da Assembleia Municipal de Ponta Delgada aprovado na reunião ordinária de 30 de junho de 2014.

Apresentaram declaração de voto o Senhor Deputado Carlos Brum Melo e a Senhora Deputada Vera Pires.

O Senhor Deputado Carlos Brum Melo, na sua declaração de voto, valorizou as virtudes do investimento, uma vez que se trata de um investimento, defendeu, que gera criação de riqueza através do consumo e da criação de emprego local e é um bom incentivo à economia.

A Senhora Deputada Vera Pires manifestou a sua discordância com a posição do executivo em conceder esses benefícios fiscais, na medida em que deixam a autarquia mais pobre. O papel da autarquia na dinamização da economia, na parte que compete às autarquias, defendeu, deveria ser dirigido ao desagravamento fiscal das famílias e direcionado para a criação e manutenção de pequenos projetos locais,



incentivando a criação de emprego e a oferta de produtos e serviços visando as necessidades e a potenciação das diferentes freguesias.

PONTO 10 - PROJETOS VENCEDORES DA VOTAÇÃO FINAL DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO – CICLO DE DEFINIÇÃO ORÇAMENTAL DE 2014

No seguimento da deliberação da Câmara Municipal que validou as propostas vencedoras do Orçamento Participativo de 2014 nos termos do respetivo regulamento, na reunião de 12 de novembro de 2014, foi presente o Ofício 23823/2014, da Câmara Municipal, de 14 de novembro de 2014, submetendo à Assembleia Municipal, para conhecimento, a lista de projetos vencedores do Orçamento Participativo de Ponta Delgada, relativos ao ciclo de definição orçamental de 2014.

O Senhor Presidente da Câmara fez a contextualização deste assunto, começando por esclarecer que se trata de uma opção meramente informativa, uma vez que o Orçamento Participativo de Ponta Delgada é um Orçamento de cariz deliberativa. Depois de elencar os projetos vencedores, observou que à discriminação dos investimentos do município, antes referidos, há a juntar estes investimentos propostos pelos munícipes. Informou igualmente que uma das propostas foi repescada, nos termos do regulamento, porque tinha um valor exato de 20.000 euros, correspondente ao montante não absorvido pelos restantes projetos. Comunicou ainda que haverá uma cerimónia para conferir a respetiva aprovação e respetivo compromisso de execução, a ser levado a cabo em 2015.

Em seguida, o Senhor Deputado Carlos Brum Melo enalteceu a existência de um instrumento de valorização de participação e cidadania como o apresentado. Realçou igualmente a participação demonstrada pela população e o largo número de propostas apresentadas, revelador da preocupação dos munícipes. Considerou, no entanto, que algumas intervenções seriam da competência municipal e vêm colmatar

necessidades sentidas, e apelou para que no futuro se aperfeiçoem procedimentos, no sentido de ajustar as dinâmicas existentes.

O Senhor Deputado Sérgio Ávila destacou a extraordinária participação no Orçamento Participativo, na sua primeira edição, sobretudo pelo envolvimento local e pela participação tão elevada. Expressou os parabéns a todos os que estiveram envolvidos nesta iniciativa e em especial a todos os que planearam e levaram a cabo este projeto.

A Senhora Deputada Vera Pires relevou o sucesso da iniciativa e confessou a expectativa de que será mais expressivo no futuro, à medida que as pessoas forem vendo que vale a pena participar. Acrescentou que tem uma satisfação muito especial de que este Orçamento participativo tenha avançado, uma vez que era um projeto já há muito defendido pelo BE.

Tomou novamente a palavra o Senhor Presidente da Câmara para referir que a congratulação manifestada é uma demonstração de que o Ato político não cria azedumes, mas pelo contrário a todos aproxima no ato de cidadania, e por essa razão irá ser distribuído um pin com o brasão do Município de Ponta Delgada.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou encerrada a Ordem do Dia pelas 20.30 horas, informando que havia duas inscrições de munícipes aos quais, nos termos regimentais deu de imediato a palavra.

As inscrições para participação do público que deram entregues na mesa foram de Lúcia Arruda e João Carlos Nóbrega.

PARTICIPAÇÃO DO PÚBLICO

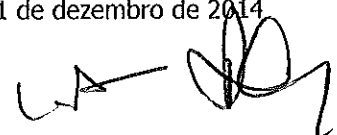
A primeira intervenção coube a Lúcia Arruda. Antes de fazer a sua exposição exprimiu o seu desagrado por ter mudado para pior, na sua opinião, o funcionamento da Assembleia quanto ao período reservado à participação do público. Ao ser no final da reunião e não no início, como acontecia quando ocupava um lugar de vogal na Assembleia Municipal, torna-se uma contrariedade, por exemplo, para quem trabalha. Sobre o assunto de que pretende falar - a incineração - lamentou que já tenha sido debatido e votado. Assinalou, no entanto, que a maior taxa associada ao consumo de água cabe ao tratamento de resíduos urbanos, pelo que deverá ser explicado porquê o recurso à incineração para tratar estes resíduos. Afirmou ainda que é conhecido, cientificamente, que existem riscos associados, para a saúde e ambientais, os quais conferem validade à posição assumida contra este projeto. Além dos perigos para a saúde e ambientais, defendeu que não é verdade que seja economicamente mais vantajoso, e fez a comparação com outros municípios no país. Até porque este projeto, prosseguiu, para ser valorização energética depende de outros, como a central hidráulica da Lagoa das Furnas. Foi já assumido, por pareceres idóneos, que este tipo de investimentos avultadíssimos não é sustentável. Exprimiu pena de não ter sido possível debater os prós e contras desta solução que vai comprometer o futuro da ilha de São Miguel nas próximas gerações e lamentou que o Senhor Presidente não tenha tido em conta o princípio da precaução e da prevenção a que todos os decisores públicos estão obrigados.

Na segunda intervenção do público, João Carlos Nóbrega abordou o problema da Iluminação Pública. Começou por lembrar que em 2011 o então secretário regional José Contente propôs a redução do horário de Iluminação Pública do Governo Regional e das autarquias, como medida de austeridade. Ponta Delgada acompanhou esta medida, mas tal redução afetou mais as áreas suburbanas e rurais, o que foi uma discriminação, criticou. Depois houve um recuo desses horários, da parte do Governo Regional, tal como dos concelhos limítrofes - Lagoa e Ribeira Grande.

Apenas o concelho de Ponta Delgada não teve isso em conta, com transtornos para a população. Na sua opinião, é descabido insistir na continuação desse horário. Defendeu ainda que é inaceitável a discriminação entre a população urbana, suburbana e rural, fazendo a pergunta de por que razão a Câmara de Ponta Delgada não é sensível às dificuldades que isso levanta aos seus municípios, quando o Governo Regional e a outras Câmaras já o reconheceram.

Finda esta intervenção, o Senhor Presidente da Mesa agradeceu o contributo e aproveitou para esclarecer os presentes que as inscrições do público podem ser feitas a qualquer momento, antes do fim do período da Ordem do Dia, nos termos do regimento. Deu em seguida palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para responder às duas intervenções do público.

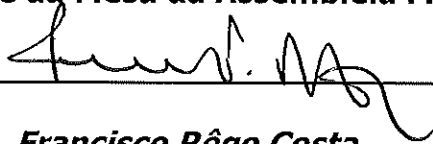
O Senhor Presidente da Câmara, sobre a primeira intervenção, frisou que é respeitável o exercício de cidadania e de opinião, apesar de não carecer de réplica, por se tratar da formulação de uma opinião. Concordou com o aspeto de que o sentido de oportunidade teria sido antes, uma vez que já tinha havido deliberação sobre o assunto. No entanto, acolheu a opinião. Sobre a segunda intervenção, reconheceu que é um tema pertinente. Esclareceu no entanto que esta não é uma responsabilidade do município e que a aplicação da referida medida foi uma opção, fruto de compromissos internacionais, coordenada entre a Direção Regional de Economia, a EDA e os municípios de S. Miguel. Reconheceu que este problema possa ser objeto de uma reavaliação. Aproveitou para situar o grande encargo que a Iluminação Pública representa para o Município de Ponta Delgada, sendo mesmo um dos mais significativos. Explicou que em grande parte isso se deve à convergência de tarifário, que legitima, no seu entender, a necessidade, já proposta, de redução do IVA para Iluminação Pública. Adiantou que apesar da redução dos espaços iluminados, a faturação aumentou, ainda que possa ter havido uma redução da emissão de Co2, em conformidade com os compromissos da região nessa matéria. Tomou nota da preocupação, que registou no sentido da sua possível resolução, em



equilíbrio com as despesas inerentes, e voltou a sublinhar os casos em que essa é uma pura responsabilidade da EDA.

Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Mesada Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão, pelas dezoito horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente ata, que foi aprovada, por unanimidade, e foi assinada pelo Senhor Presidente da Mesa e por quem a lavrou, nos termos da Lei.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal



Francisco Rêgo Costa

O Relator



Luís Manuel Pereira Ascenso